

Ana Silva Fernandes ° Manuel Fernandes de Sá ° Rui Fernandes Póvoas

Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo

Faculdade de Arquitectura

Universidade do Porto, Portugal

alfernandes@arq.up.pt ° msa@arq.up.pt ° rpovoas@arq.up.pt

Regeneração das roças de São Tomé e Príncipe: herança e apropriação, desafios e potencial para o desenvolvimento

O território de São Tomé e Príncipe, profundamente marcado por uma colonização que incidiu na exploração agrícola extensiva, herdou as estruturas e mecanismos desenhados para esse propósito de optimização da produção: as empresas agrícolas - roças - constituíram não só laboratórios de experimentação de culturas e depuração de soluções técnicas, como também a base de estruturação da paisagem física e humana. Estas estruturas testemunham assim os progressivos passos da luta de manipulação do território, da experimentação e da procura da vanguarda tecnológica para superação de desafios entrepostos à acção humana. Na actualidade, as Roças constituem a materialização de uma extensa memória, que abarca não só o projecto colonizador, mas principalmente todos os meios e relações mobilizados na sua concretização e na sua subsequente apropriação e readaptação: o contributo dos trabalhadores, a busca de estratégias de optimização para os problemas encontrados, as opções de configuração e desenho do espaço, ou os mecanismos da sua transformação no contexto de autonomia pós-colonial, configuram um extenso património físico e humano. A independência e as estratégias políticas que marcaram os diferentes períodos da governação da nova Nação, introduziram alterações radicais na estrutura socioeconómica São-tomense, assim como na sua estrutura fundiária e no regime de propriedade. Da nacionalização das propriedades agrícolas operada no seguimento da sua independência, até à reforma agrária doze anos mais tarde que propõe a distribuição de terras pelos trabalhadores das extintas empresas (PNUD, 2008, p. 54), produzem-se mutações não só no uso do solo, mas também na forma como o espaço e as estruturas arquitectónicas são vividos. De complexos desenhados para a optimização da produção agrícola, as Roças passaram a aldeias improvisadas. Com a transição de empresas agrícolas com gestão centralizada e mão-de-obra extensiva, para as parcelas de exploração autónoma, alteram-se as relações sociais, as rotinas laborais e as necessidades habitacionais, de que são reflexo as adaptações e apropriações operadas no edificado. E essas alterações, processando-se num contexto de dificuldades económicas e escassez de recursos, têm assumido contornos de precariedade. Actualmente, quase oitenta por cento das habitações localizadas em meio rural, das quais grande parte se situa em contexto de roça, são consideradas “básicas”, ou seja, sem as condições mínimas de habitabilidade (INE, 2003, p. 10). A provisão e o acesso a infra-estruturas básicas ou a equipamentos de apoio são também frágeis, estando grande parte das estruturas herdadas em avançado estado de degradação. De forma a identificar constrangimentos e capacidades, o trabalho de investigação em curso incide na análise das mutações sofridas pelas roças e dos mecanismos de apropriação dos edifícios herdados, no levantamento das características e estado de conservação do património arquitectónico, e ainda na sua interacção com relações sociais. Assim, a presente comunicação tem como intuito apresentar parte dessa pesquisa, analisando a herança colonial, as mutações pós-independência e o seu impacto na actual conformação do território e do património arquitectónico, identificar necessidades contemporâneas e mecanismos para a sua colmatção e, por fim, lançar a discussão em torno desses desafios e potenciais para o desenvolvimento.

Palavras-chave: património, roças, apropriação, reabilitação, desenvolvimento

Nos contextos pós-coloniais, as heranças socioeconómicas e territoriais não detêm uma afiliação única mas constituem antes um extenso *património partilhado*, reunindo e assimilando os contributos de múltiplas influências, gerações e legados culturais. Para além do impacto dos projectos coloniais - quer ao nível das estruturas socioeconómicas quer do ambiente construído - múltiplas outras participações contribuíram para a construção destes territórios: a influência, em paralelo, de outras culturas e pontes de ligação, assim como a reconstrução identitária que sucedeu à independência e aos múltiplos processos de mutação até à actualidade, conformam essa realidade contemporânea de múltiplas afiliações. Esse legado de miscigenação molda portanto um *património partilhado*, que inclui para além dos testemunhos construídos, também um extenso legado imaterial.

Esta ideia de *património partilhado* tem vindo a assumir uma posição de maior visibilidade enquanto valor e testemunho da diversidade cultural e do contacto entre culturas, como o transparece a ainda recente criação (em 2003) do *Committee on Shared Built Heritage* da UNESCO no seguimento do anterior *Committee on Shared Colonial Architecture and Town Planning* que data de 1998. Esta conjugação de esforços demonstra que a “crispação pós-colonial foi lentamente dando lugar a um entendimento menos exclusivo do encontro de culturas, a um cuidado cada vez maior em preservar os indícios da partilha de valores que nesse vasto encontro se verificou” (Mattoso, 2010, vol.II, p. 13). Desta forma, se neste contacto cultural os desequilibrados jogos de poder não podem ser negados, é também importante reconhecer os processos de interacção, mútua influência e assimilação que tomaram lugar. E se estes mecanismos foram marcados pela especificidade local e as suas conjunturas espaciotemporais, actualmente “os vestígios deste encontro de culturas já não pertencem a um só país; pertencem a toda a Humanidade, porque dão testemunho da diversidade cultural e da criatividade humana” (Mattoso, 2010, vol.II, p. 14). Estes testemunhos conjugam pois essa dupla escala: a universal, relacionada com os mecanismos de actuação da cultura humana, mas também a local, na forma como se materializaram naquele contexto específico e dada a conjugação de determinados factores. Ao nível local, apresentam-se assim não só como testemunhos de uma herança, mas especialmente da acumulação de todos os processos que atravessou, dos contributos iniciais, a alterações subsequentes ou aos mecanismos de apropriação operados com mudanças radicais de contexto: o seu valor reside “tanto para a história desses encontros ou desencontros, como para a compreensão das culturas nacionais que deles resultaram” (Mattoso, 2010, vol. II, p. 15).

A actualidade, apresenta-se portanto como essa combinação de ligações, densificada ao longo do tempo e relacionando-se no espaço. No entanto, o território pós-colonial, devido à sua herança, às rupturas ideológicas e estruturais assumidas no processo de independência assim como às radicais alterações das suas estruturas socioeconómicas, está recorrentemente associado com a ideia de subdesenvolvimento, apresentando dificuldades adicionais no seu processo de sustentação. Neste contexto, a conservação dos bens patrimoniais assume-se como especialmente exigente (Serageldin, 1997; Fernandes *et al*, 2011): não só as lacunas económicas

e infra-estruturais são extensas, como o recente processo de construção da Nação apresenta fragilidades ao nível dos mecanismos de intervenção e regulação, dificultando grandemente as iniciativas de intervenção, manutenção e dinamização.

Os patrimónios partilhados de matriz Portuguesa

As ilhas do Atlântico funcionaram como autênticos laboratórios de experiências humanas que promoveriam a adaptação de homens e plantas a novos ambientes e ao estabelecimento de vivo diálogo entre gente da Europa e de África. (Tenreiro, 1961).

A atitude Portuguesa no contacto com os territórios além-mar é descrita como sendo especialmente permeável à integração de outros contributos e à reacção ao local de implantação, ideia que surge transversalmente nos domínios da historiografia e dos estudos territoriais e arquitectónicos (Hollanda, 1995 (1936); Freyre, 1961; Costa, 1995; Rossa, 2002; Portas, 2004; Fernandes, 2005). Comparativamente a outras potências colonizadoras, o caso Português surge como o exemplo onde a assimilação de referências constitui recorrência, estratégia e necessidade: possivelmente pela pequena escala do território de origem, a sua reduzida população e os limitados recursos materiais face à ambição do projecto colonial, a adaptação e a miscigenação constituíram uma mais-valia na reacção aos constrangimentos e à imprevisibilidade.

Gilberto Freyre, debruçando-se sobre a atitude do português no Brasil, cunha a divulgada ideia de *luso-tropicalismo* - essa estratégia de miscigenação e assimilação cultural operada pelos Portugueses no contacto com os trópicos -, influenciando diversos autores, entre os quais Francisco Tenreiro, com extensa obra sobre São Tomé e Príncipe. Esta ideia viria a ganhar força também no contexto do Estado Novo, manipulada para veicular a imagem de um extenso Portugal com Províncias Ultramarinas, com a intenção de anular a repressora noção de império colonial.

No entanto, e independentemente da visão luso-tropicalista, do seu enquadramento temporal ou da sua utilização enquanto estratégia política, dois aspectos são importantes para a compreensão deste enquadramento: por um lado, entendendo o projecto colonial como um processo que não é uno, mas múltiplo e diversificado, reagindo às diferentes conjunturas económico-temporais que se foram materializando e à especificidade de cada território; esta perspectiva traduz-se na leitura do espaço colonial enquanto laboratório, onde se processa a adaptação ao local e a integração de múltiplos contributos, constituindo portanto um produto de miscigenação, ou seja, de conjugação de múltiplas influências. Por outro lado e num segundo aspecto, o espaço pós-colonial surge enquanto território de heranças, palco de reestruturações e apropriações, em que novos contributos são produzidos já sobre a realidade herdada, conformando na independência um enquadramento socioeconómico distinto dos períodos anteriores, com novos desafios e aspirações.



Figura 1 - Escala da vegetação, São Tomé [ASF].



Figura 2 - Roça Fernão Dias, São Tomé [HMS].

As Roças de São Tomé e Príncipe

O território de São Tomé e Príncipe, profundamente marcado por uma colonização que incidiu na exploração agrícola extensiva, herdou as estruturas e mecanismos desenhados para esse propósito de optimização da produção: as empresas agrícolas - *roças* - constituíram não só laboratórios de experimentação de culturas e depuração de soluções técnicas, como também a base de estruturação da paisagem física e humana. Estas estruturas testemunham assim os progressivos passos da luta de manipulação do território, da experimentação e da procura da vanguarda tecnológica para superação de desafios entrepostos à acção humana.

Na actualidade, as Roças constituem a materialização de uma extensa memória, que abarca não só o projecto colonizador, mas principalmente todos os meios e relações mobilizados na sua concretização e na sua subsequente apropriação e re- adaptação: o contributo dos trabalhadores, a busca de estratégias de optimização para os problemas encontrados, as opções de configuração e desenho do espaço, ou os mecanismos da sua transformação no contexto de autonomia pós-colonial, configuram um extenso património físico e humano.

A independência e as estratégias políticas que marcaram os diferentes períodos da governação da nova Nação, introduziram alterações radicais na estrutura socioeconómica São-tomense, assim como na sua estrutura fundiária e no regime de propriedade. Da nacionalização das propriedades agrícolas operada no seguimento da sua independência, até à reforma agrária doze anos mais tarde que propõe a distribuição de terras pelos trabalhadores das extintas empresas (PNUD, 2008, p. 54), produzem-se mutações não só no uso do solo, mas também na forma como o espaço e as estruturas arquitectónicas são vividos. De complexos desenhados para a optimização da produção agrícola, as Roças passaram a aldeias improvisadas. Com a transição de empresas agrícolas com gestão centralizada e mão-de-obra extensiva, para as parcelas de exploração autónoma, alteram-se as relações sociais, as rotinas laborais e as necessidades habitacionais, de que são reflexo as adaptações e apropriações operadas no edificado. E essas alterações, processando-se num contexto de dificuldades económicas e escassez de recursos, têm assumido contornos de precariedade. Actualmente, quase oitenta por cento das habitações localizadas em meio rural, das quais grande parte se situa em contexto de roça, são consideradas “básicas”, ou seja, sem as condições mínimas de habitabilidade (INE, 2003, p. 10). A provisão e o acesso a infra-estruturas básicas ou a equipamentos de apoio são também frágeis, estando grande parte das estruturas herdadas em avançado estado de degradação.



Figura 3 - Roça Quéluz, São Tomé [IICT, início do séc. XX].

De forma a identificar constrangimentos e capacidades, o trabalho de investigação em curso incide na análise das mutações sofridas pelas roças e dos mecanismos de apropriação dos edifícios herdados, no levantamento das características e estado de conservação do património arquitectónico, e ainda na sua interacção com relações socioeconómicas, com vista a uma intervenção que tenha em conta esses múltiplos aspectos inter-relacionados.



Figura 4 - Roça Quéluz, São Tomé [HMS, 2010].

Regeneração

A ideia de *regeneração* implica justamente essa conjugação da reabilitação com o fortalecimento das dinâmicas de vivência das construções: ultrapassa o domínio do ambiente construído para o encarar como um processo que envolve vários agentes e áreas de intervenção, utilizando o património material como catalisador no processo de desenvolvimento. Defende-se portanto essa abordagem integrada de *regeneração*, pelo que constitui a perspectiva proposta no estudo em curso sobre São Tomé e Príncipe.

Metodologia de investigação - construção de base de dados

Esta pesquisa insere-se num trabalho de investigação mais alargado, partilhando o contexto de estudo com o trabalho do Arquitecto Hugo Machado da Silva, a ser realizado na mesma instituição académica com orientação do Arquitecto Sérgio Fernandez. Coincide o foco de estudo, embora em perspectivas complementares: essa pesquisa incide na componente histórica, enquanto o presente estudo analisa a actualidade e os desafios de desenvolvimento. Desta forma, a conjugação de sinergias para a construção de uma base de dados comum surgiu com a necessidade, em ambos os trabalhos de pesquisa, de ter acesso a uma amplo conjunto de informação, que ainda não tinha sido detectada noutras fontes de dados¹, com a extensão necessária para o desenvolvimento das análises exigidas por estes trabalhos de pesquisa. Dado o âmbito, as necessidades específicas e o carácter operativo das referidas pesquisas, sentiu-se portanto a necessidade de uma recolha adicional de dados. Estes dados são relativos a questões como a implantação das estruturas coloniais, o seu desenho, estado de conservação, construção e uso.

Desta forma, para a criação dessa nova base de dados conjunta, adoptou-se como referência e como ponto de partida o *Inventário do Património Edificado de São Tomé e Príncipe*, realizado em 1987 por João Abreu Lima, Manuel Sousa Guedes e Sebastião Sousa Guedes, não publicado, por se tratar de um levantamento estruturado e de extenso espectro. Contempla, para além da documentação do edificado em contexto urbano – tanto da cidade de São Tomé como de Santo António – um conjunto de fichas relativas a 112 empresas agrícolas, cada uma das quais com um esquema de implantação, a altitude, uma breve descrição, o estado de conservação e o levantamento fotográfico à época. Esta listagem constitui assim o ponto de partida para os levantamentos integrados na investigação em curso. Para a realização do trabalho de campo de levantamento, adoptou-se uma ficha constituída por duas componentes: uma primeira relativa ao complexo das roças e uma outra para cada edifício.

¹ Nem nas diversas referências bibliográficas nem em anteriores estudos académicos, como os trabalhos de fim de curso realizados na mesma instituição, a Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

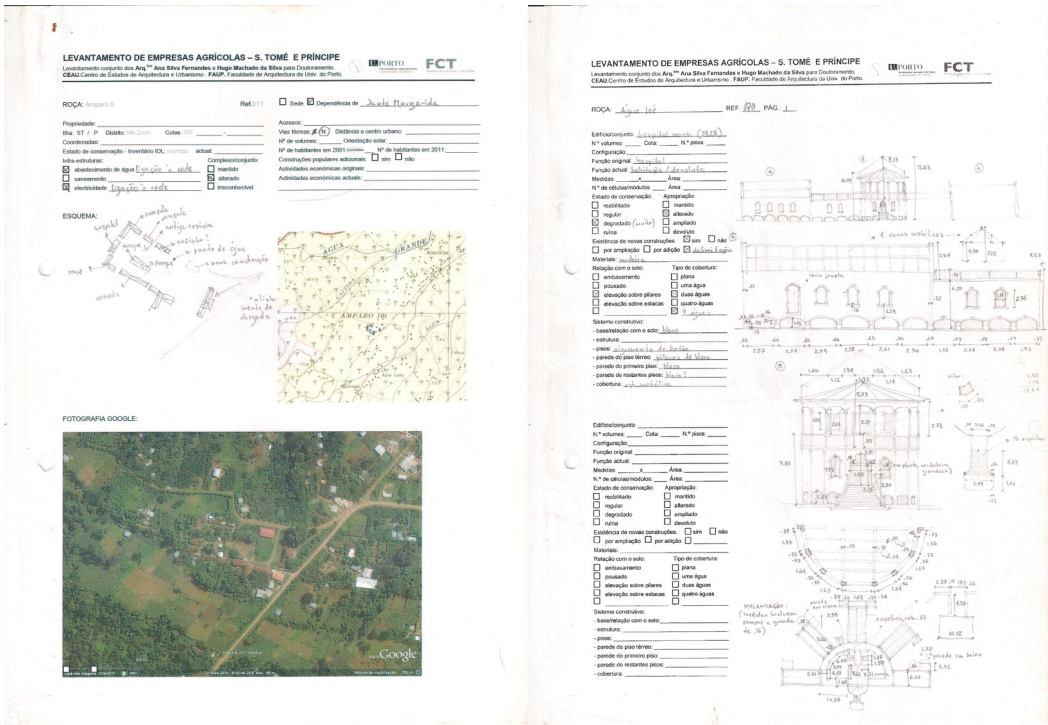


Figura 5 - Exemplos das fichas de levantamento – página do complexo e do edifício [ASF+HMS].

A primeira inclui dados relativos à localização e implantação dos complexos, as suas infra-estruturas, actividades económicas e número de habitantes.

A segunda é mais detalhada e conjuga a informação desenhada com dados complementares. Inclui assim dados relativos à função, configuração, estado de conservação, uso e construção, acompanhado de desenhos e medições dos seus alçados, plantas, cortes e pormenores que se considerem importantes.

Esta recolha de informação desenhada foi aplicada a todo o edificado de mais de sessenta roças - além do levantamento fotográfico de complexos adicionais - o que representa até ao momento o trabalho contínuo de levantamentos, empreendido por duas pessoas durante um período de cerca de cinco meses cada, que será ainda completado. Estes dados estão neste momento a ser transferidos para o formato digital e a ser processados.

A utilidade deste levantamento reside no conjunto: a construção de uma base de dados onde se homogeneizaram os critérios de recolha de informação permite que esses dados sejam comparáveis, a sistematização de soluções e a análise de recorrências.

Naturalmente que a quantidade de informação varia bastante de roça para roça, em algumas existindo poucos edifícios restantes e noutras mais de duas dezenas. Mas, no seu conjunto, apresentam já um panorama da actualidade destas estruturas.

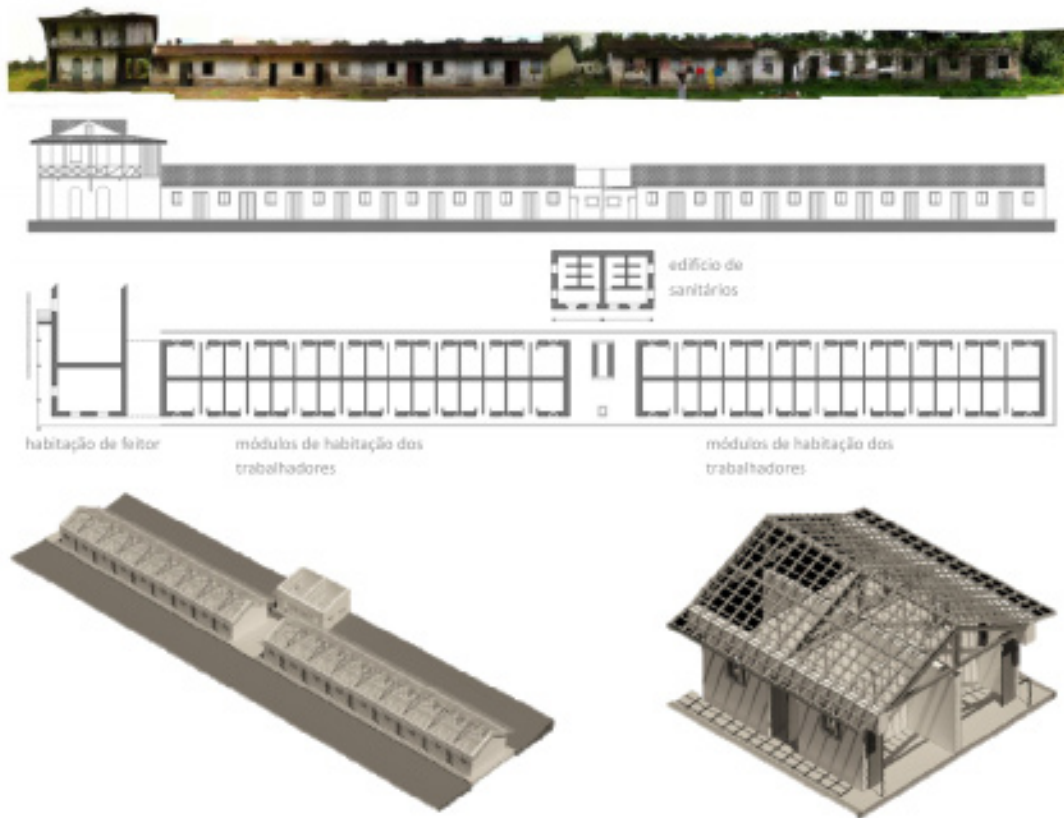


Figura 6 - Exemplo de levantamento, Roça Bombaim, São Tomé: montagem fotográfica da habitação dos trabalhadores, alçado, planta, modelo tridimensional do edifício e da célula [HMS+ASF, 2010].

Análise em curso

Da mais alargada análise em curso, apresentam-se aqui três temas: o estado de conservação, as mutações operadas no seu uso e algumas soluções construtivas.

Estado de conservação. Para a análise do estado de conservação, partiu-se dos critérios estabelecidos no *Inventário* de 1987 que distingue a classe de edifícios mantidos ou reabilitados (com boas condições, a amarelo), regular (com necessidade de intervenção, embora sem risco estrutural, a laranja), degradado (a vermelho) e ruína (a cinza). Aponta ainda alguns casos de ruína iminente. Como estes critérios foram atribuídos aos complexos e actualmente existe uma grande variabilidade do estado de conservação entre os edifícios do mesmo conjunto, optou-se por atribuir esta leitura a cada edifício.

Além dos levantamentos arquitectónicos, funcionais e construtivos, alguns dos dados recolhidos tiveram o intuito de ser transpostos para registos mais diagramáticos, que permitissem uma rápida visualização, como é o diagrama do estado de conservação das estruturas existentes (Fig. 07), numa tentativa de registo de um panorama geral.

Os edifícios de cada complexo foram então separados em três grandes grupos

(do lado esquerdo): infra-estruturas habitacionais (casa de patrão, trabalhadores, técnicos), infra-estruturas de apoio (hospital, creche, cozinhas) e infra-estruturas de produção (secadores, armazéns, oficinas). Cada quadrado representa portanto uma função, ainda que possa ser constituída por mais do que um edifício. O que repetindo pela totalidade de edifícios até agora levantados, estabelece já uma visão mais ampla da actualidade. Ora tendo em conta que à excepção dos edifícios a amarelo, todos necessitam de intervenção, é possível verificar o preocupante panorama geral destas estruturas.

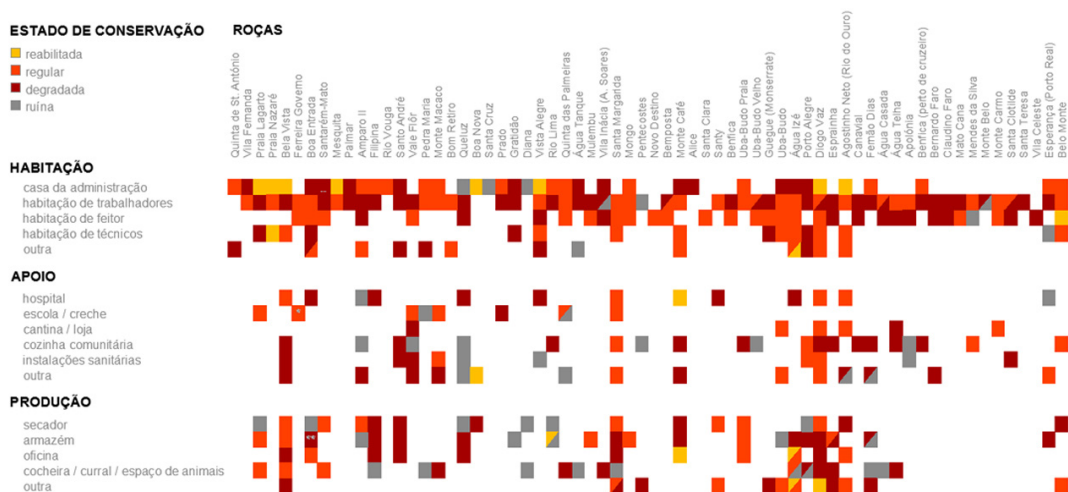


Figura 7 - Diagrama do estado de conservação de uma amostra de cerca de 60 roças em 2011 [levantamento: ASF +HMS, diagrama: ASF].

Com a mesma estratégia, é também possível analisar os actuais usos destas estruturas (Fig. 08). Assim, representa-se a azul-claro a habitação, a azul-escuro outros usos e a cinzento os edifícios devolutos. Percebe-se prontamente que a habitação é predominante e se concentra nas estruturas originalmente já de uso habitacional, embora também venha a ocupar pontualmente outros edifícios.



Figura 8 - Diagrama dos usos de uma amostra de cerca de 60 roças em 2011 [levantamento ASF +HMS, diagrama: ASF].

Subsequentemente, é possível ainda cruzar os dois diagramas anteriores, ou seja, representar em que condições é que os edifícios são utilizados (Fig. 09). No grupo de avermelhados aparecem os edifícios que são usados sem condições suficientes: a vermelho vivo para habitação, a cor de vinho para outros usos. Os cinzentos correspondem a devolutos e sem condições, e apenas os verdes apresentam um bom estado para utilização. A partir desta visão mais ampla, parte-se para a tentativa de perceber de que forma se materializa estes usos e as adaptações para eles operadas.



Figura 9 - Diagrama das condições de uso de uma amostra de cerca de 60 roças em 2011 [levantamento: ASF +HMS, diagrama: ASF].

Herança e mutações

As Roças apresentam assim alterações radicais no seu uso, organização socioeconómica e estrutura fundiária. De empresas agrícolas passaram a aldeias. Ou seja, de uma propriedade única com gestão centralizada voltada para a produção agrícola extensiva e baseada numa relação laboral duramente hierarquizada, passou a um assentamento constituído por múltiplas parcelas individuais, essencialmente voltadas para culturas de subsistência (ou organizadas em pequenas cooperativas), onde se estabelece uma relação de vizinhança entre habitantes.

Estas alterações implicam portanto um legado de estruturas desenhadas para os propósitos específicos da maximização da produção agrícola, e portanto a desadequação às necessidades contemporâneas de muitas das infra-estruturas herdadas, e a necessidade da sua adaptação.

Apresenta-se aqui, a título ilustrativo, a Roça Boa Entrada, localizada no nordeste da ilha de São Tomé, para mostrar um pouco do que significam essas alterações.

Tendo em conta que a vermelho se representa a função habitacional, a amarelo as funções de apoio (como equipamentos ou serviços), a castanho os edifícios de produção e a cinzento os actualmente devolutos (Fig. 10), o que se nota é naturalmente uma grande expansão das necessidades habitacionais e uma extensa perda nos de produção.

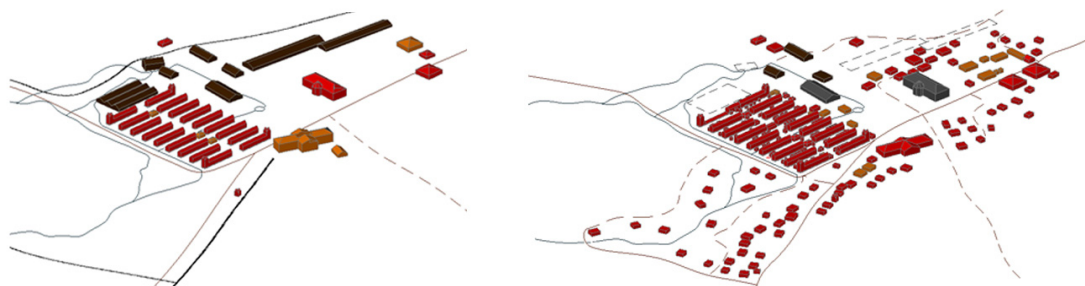


Figura 10 - Diagrama das funções dos edifícios na Roça Boa Entrada, no início do séc.XX e em 2010 [ASF].

Focando na área de habitação dos trabalhadores da antiga empresa agrícola, duas questões parecem ser as mais visíveis: em primeiro lugar, que os equipamentos comunitários (tais como cozinhas colectivas) foram abandonados, passando esta função para a escala familiar. Um segundo aspecto consiste na ampliação das unidades privadas, seja do seu espaço habitável ou para apoio ou provisão de meios de subsistência.

E essas necessidades parecem ditar as alterações introduzidas nos espaços herdados, assumindo em muitos casos um carácter precário. É necessário não esquecer que mais de metade da população São-tomense vive abaixo do limiar de pobreza, o que implica graves limitações nas suas capacidades de subsistência e naturalmente, de intervenção no espaço onde vivem.

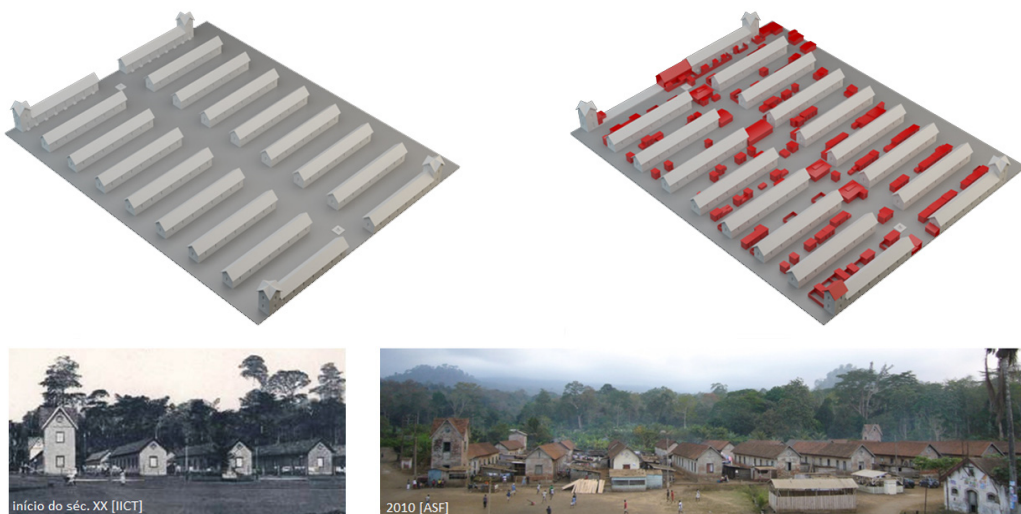


Figura 11 - Área habitacional da Roça Boa Entrada, no início do séc.XX e em 2010 [modelação: ASF, renderização: HMS].

Mas estas alterações, que poderiam parecer de composição casuística, constituem antes a combinação de três mecanismos muito simples (Fig. 12): (a) de ampliação do espaço habitável, (b) de adição de novas funções e (c) de delimitação da sua área exterior de influência; aos quais se adiciona a construção de novas habitações (d). Constituem, em todo o caso, mecanismos de ampliação do espaço privado e de manipulação dos seus limites e confrontações com os domínios colectivo e público, de forma a responder a novas necessidades.



Figura 12 - Mecanismos de apropriação da área habitacional da Roça Boa Entrada [modelação: ASF, renderização: HMS].

Soluções construtivas

A última componente que aqui se apresenta é a das soluções construtivas, também a título ilustrativo do trabalho em curso, para demonstrar que os dados recolhidos incluem informação mais detalhada, com a intenção de que a sua sistematização permita entender padrões e recorrências, levando à criação de ferramentas de apoio à decisão e à acção de reabilitação.

Pretende-se, portanto, que esta sistematização permita a identificação de várias soluções para o mesmo problema. Aqui apresentam-se, por exemplo, três sistemas adoptados para a ventilação de coberturas, de forma a minimizar o aumento de temperatura interior dos edifícios (Fig. 13). Pretende-se também que permita a compreensão dos mecanismos de “tropicalização” de uma arquitectura de matriz portuguesa, ou seja, de adaptação a novos territórios e de assimilação de outros contributos.

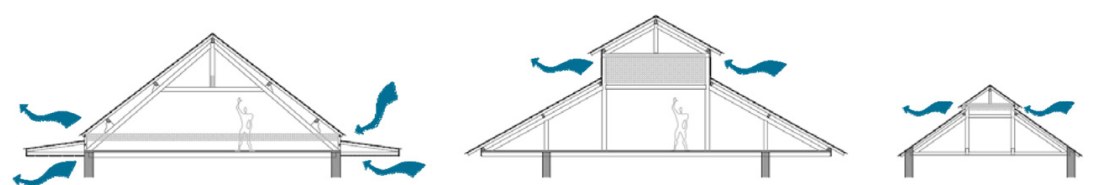


Figura 13 - Exemplos de asnas com ventilação: (A) casa grande da Roça Boa Entrada, (B) habitação de funcionários na Roça Boa Entrada, (C) armazém na Roça Bela Vista. Ilha de São Tomé [ASF, HMS].

Nesta sistematização incluem-se também os sistemas e materiais adoptados, de forma a construir a base do que possa constituir uma ferramenta de apoio à reabilitação. Incluem-se portanto as diversas soluções que foram sendo encontradas durante os levantamentos, relativamente ao contacto com o solo, paredes e coberturas (Fig. 14).

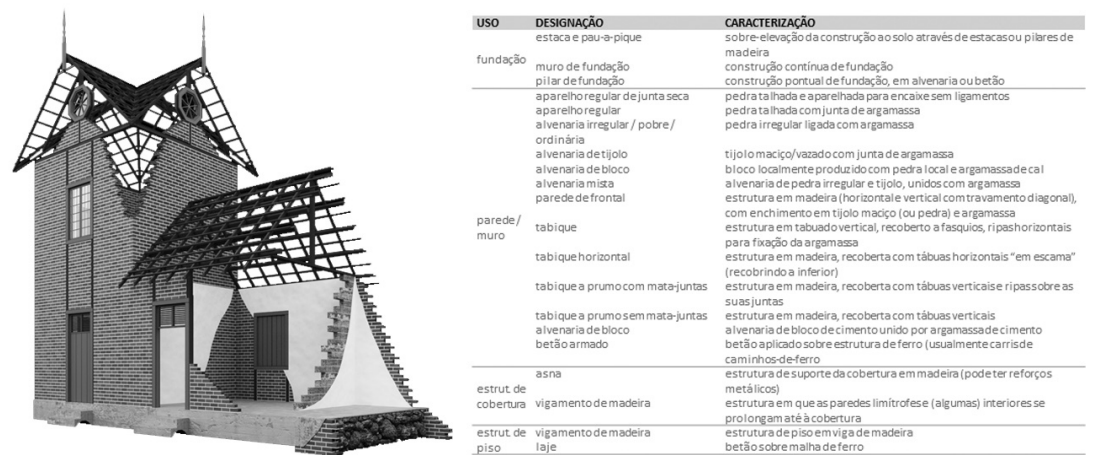


Figura 14 - Modelo tridimensional da casa de guarda (torreão) e trabalhadores na Roça Boa Entrada [levantamento: ASF+HMS, modelação e renderização: HMS] e listagem de soluções construtivas [ASF].

Está também em curso a identificação das causas que contribuem para o processo de degradação destas estruturas, de modo a tentar minimizar os seus efeitos e contribuir para a sua manutenção.

Desafios ao desenvolvimento

Assim, e após esta breve apresentação de parte do trabalho em curso, salientam-se três desafios para a regeneração das Roças de São Tomé e Príncipe.

A terra e a propriedade

O primeiro constitui a alteração radical que se processou ao nível da terra, com a nacionalização das extensas propriedades agrícolas e a sua posterior distribuição por antigos trabalhadores, com subseqüentes alterações socioeconómicas. Este processo representa não só uma grande mudança na divisão fundiária, como também na produção agrícola, tendo grande parte dessas terras passado de um regime de cultura intensiva e centralizada, para a proliferação de pequenos talhões dedicados à subsistência dos seus proprietários, o que constitui um desafio à sua sobrevivência, assim como introduz dificuldades nos projectos que ultrapassam a escala doméstica ou na organização colectiva de excedentes de produção. Como essa propriedade tem vindo a ser sucessivamente subdividida por herança, nos casos de famílias mais extensas, adquirem uma escala tão reduzida que se começa a inviabilizar sequer a subsistência. Um outro ponto estreitamente relacionado com o anterior é o da propriedade, ou seja, da ambiguidade dos laços de posse. Esta incerteza apresenta-se nos casos em que os habitantes detêm apenas o título de direito de uso sobre o espaço em que vivem, que continua a pertencer ao Estado, acabando por não ser muito claro quem detém a responsabilidade pela manutenção das construções: cada uma das partes demonstra renitência em assumi-la, não só pelos seus constrangimentos económicos, mas também pela incerteza na sua relação de propriedade e na capacidade de usufruir dessas intervenções no futuro, criando-se assim uma situação de bloqueio.

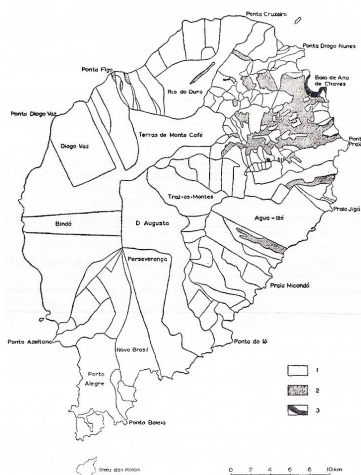


Figura 15 - Divisão de terras entre empresas agrícolas (a branco) e proprietários indígenas (a cinza) [Tenreiro, 1961].



Figura 16 - A invisível delimitação de propriedade e de laços de vizinhança, Riboque, Cidade de São Tomé [ASF, 2011].

Uso do espaço

O segundo desafio está relacionado com a vivência e o uso do espaço, as adaptações necessárias para colmatar as carências actuais e oferecer oportunidades para as aspirações futuras. Compreendendo a alteração da conjuntura socioeconómica, assim como a desadequação das estruturas herdadas às exigências contemporâneas, é essencial identificar os mecanismos da sua vivência actual, as lacunas e as aspirações.



Figura 17 - Apropriação das estruturas coloniais, Roça Boa Entrada, São Tomé [ASF+HMS, 2011].



Figura 18 - Estado de avançada degradação, Armazém, Roça Boa Entrada, São Tomé [HMS, 2011].



Figura 19 - Modelo tridimensional da casa de guarda e trabalhadores na Roça Boa Entrada, em conjunto com novas construções de apoio [levantamento, modelação e renderização: HMS+ASF].

Reabilitação do património

E o terceiro desafio está então relacionado com a conservação e reabilitação deste *património partilhado*. Estas estruturas encontram-se, neste momento, na fase crítica do seu ciclo de vida: tendo os edifícios antigos mais de um século de vida e os de betão cerca de meio século, ultrapassaram já largamente as expectativas de vida tomadas como referência aquando da sua construção (Appleton, 2003: p.9).

Tendo em conta que durante este período não foi realizada grande parte da sua necessária manutenção, percebe-se que este património partilhado está em risco de perda irreversível. Esta intervenção tem ainda de superar o desafio adicional do desajustamento entre as especificidades construtivas deste património e as capacidades técnicas dos seus utilizadores, pelo que esta ponte tem de ser urgentemente estabelecida.

Notas conclusivas

Assim, este texto teve como intuito apresentar parte da pesquisa em curso, analisando a herança colonial, as mutações pós-independência e o seu impacto na actual conformação do território e do património arquitectónico, de modo a identificar necessidades contemporâneas e mecanismos para a sua colmatação e, por fim, lançar a discussão em torno desses desafios para o desenvolvimento.

Defendeu-se que o valor deste *património partilhado* não reside apenas no seu carácter de testemunho das sucessivas mutações que com ele tomaram lugar - ou seja um valor cultural de reconhecimento universal - mas também no seu potencial enquanto catalisador para o desenvolvimento, dotando os seus habitantes e utilizadores de estruturas adaptadas - adquirindo assim um valor identitário e infra-estrutural.

Defende-se portanto que é essencial que estes espaços sejam vividos, evitando a tentação de musealizar, privatizar para uma elite ou congelar no tempo vestígios de uma memória (ou da construção dessa memória). A ideia de *regeneração* engloba antes a compreensão de todo o processo de mutações até à actualidade, encarando o legado como um testemunho vivo e adaptável a novos desafios, melhorando as suas condições de vivência e dinamizando o contexto socioeconómico em que se implanta. E, neste enquadramento, a conservação das estruturas físicas não constitui o objectivo último, mas antes uma das peças de um processo de consciencialização e desenvolvimento transversal, numa ideia que Baba Dioum sintetiza: “No fim, conservaremos apenas o que amamos. Amamos apenas o que compreendemos. E compreendemos apenas o que nos é ensinado.” (1999)².

Agradecimentos

A presente investigação conta com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, sob a forma de Bolsa de Doutoramento da primeira autora, contributo sem o qual este estudo não teria sido possível.

Agradece-se a Hugo Machado da Silva (referenciado como [HMS]), Doutorando da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, pela realização conjunta dos levantamentos arquitectónicos das Empresas Agrícolas de São Tomé e Príncipe.

E agradece-se ainda a Gerhard Seibert, do Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL, pela valiosa revisão científica de textos anteriores, a correcção e a clarificação dos conteúdos expostos, permitindo portanto que o trabalho em curso avance de forma mais sólida.

² Esta citação surgiu no número de Fevereiro de 1999 da revista National Geographic. Apesar de aplicada no contexto de conservação da natureza, transmite uma mensagem extrapolável a outros contextos [in <http://coa-rj.com/>].

Referências

- Albuquerque, L. (ed.) (1989). *Portugal no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa.
- Appleton, J. (2003). *Reabilitação de Edifícios Antigos: Patologias e tecnologias de intervenção*. Amadora: Edições Orion.
- Cardoso, M. (2007). *Importância da criação de infra-estruturas e da formação de recursos humanos no desenvolvimento: os casos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Castelo, C. (1998). “O modo português de estar no mundo”: *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento.
- Cóias, V. (2007). *Reabilitação Estrutural de Edifícios Antigos: Alvenaria, Madeira, Técnicas Pouco Intrusivas*. Lisboa: Argumentum, GECORPA.
- Costa, A. A. (1995). *Introdução ao estudo da história da arquitectura portuguesa*. Porto: FAUP publicações.
- Fernandes, A. S., Sá, M. F. & Póvoas, R. F. (2011). Património Luso-Afro-Tropical: o exemplo das Roças de São Tomé e Príncipe. Desafios para a sua conservação e reabilitação, e o seu potencial para o desenvolvimento. In *Actas do VI Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia-III Congresso de Engenharia de Moçambique*. Maputo. Porto: Edições INEGI.
- Fernandes, J. M. (2005). *Arquitectura e Urbanismo na África Portuguesa*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Freyre, G. (1961). *Portuguese integration in the Tropics*. Lisboa: Tipografia Silvas.
- Hollanda, S. B. (1995 [1936]). *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras.
- INE (2003). *Características e Condições da Habitação, Recenseamento Geral da População e Habitação 2001*. São Tomé: Instituto Nacional de Estatística.
- Lima, J. A., Guedes, M. S. & Gedes, S. S., (1987). *Inventário do Património Edificado de São Tomé e Príncipe*. Lisboa (não publicado).
- Mattoso, J. (dir.) (2010). *Património de Origem Portuguesa no Mundo – Arquitetura e Urbanismo*, 4 volumes, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nascimento, A. (2008). *Atlas da Lusofonia: São Tomé e Príncipe*. Lisboa, Prefácio.
- Oliveira, J. E. C. (1993). *A economia de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Instituto para a Cooperação Económica, Instituto de Investigação Científica Tropical, Cooperação Portuguesa.
- PNUD (2008). *Rapport national sur le développement humain à São Tomé e Príncipe: la problématique de lla terre et le développement humain durable*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: São Tomé e Príncipe.
- Portas, N., (2004). Interrogações sobre as especificidades das fundações urbanas portuguesas. In *Os tempos das formas, volume I: A cidade Feita e Refeita*. Guimarães: Departamento Autó-

nomo de Arquitectura da Universidade do Minho.

Santo, A. C. E. (2009). *S. Tomé e Príncipe: problemas e perspectivas para o seu desenvolvimento*. Lisboa: Edições Colibri.

Seibert, G. (2002). *Camaradas, clientes e compadres: Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega.

Serageldin, I. (1997). *The Architecture of Empowerment: People, Shelter and Livable Cities*. London: Academy Editions.

Tenreiro, F. (1961). *A ilha de São Tomé*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

Sítios

<http://sbh.icomos.org/>

<http://coa-rj.com/>

Cartografia e iconografia

[ASF] - Ana Silva Fernandes.

[CGU-JIU-UM] - Carta da Ilha de S. Tomé. Escala 1:75.000. Centro de Geografia do Ultramar, Junta de Investigações do Ultramar, Ministério do Ultramar. Papelaria Fernandes, Lisboa: 1961.

[HMS] - Hugo Machado da Silva.

[IICT] - Instituto de Investigação Científica Tropical.

[IMVF, CEGOT-UC] - Sistema de Informação Geográfica. São Tomé e Príncipe. Versão 1. Instituto Marquês de Valle Flôr e Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Coimbra, 2010.